

A LEITURA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: PRÁTICA DOCENTE E A FORMAÇÃO DE LEITORES

Viviane Florencio Trabach¹

Philippe Drumond Vilas Boas Tavares²

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender a formação de leitores dentro do processo de alfabetização no âmbito escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que dialoga com questões sobre a alfabetização, atuação docente e os documentos oficiais que orientam a formação desses leitores ao longo do processo de alfabetização. Desse modo, compreende que a formação de leitores ocorre em todo o processo de ensino e aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento, e principalmente na aquisição e apropriação da leitura e escrita, inserindo o aluno no mundo letrado, que vai além de decodificar códigos. Nesta pesquisa, a Base Nacional Comum Curricular é analisada como um documento orientador sobre os conhecimentos e as habilidades que estão relacionadas a formação de leitores. Como base para o diálogo e fundamentação teórica apresentamos autores como Mortatti (2000,2010), Soares (2003, 2004), Gontijo (2008). Finalizamos o trabalho identificando a importância da ressignificação das práticas de leitura na formação de alunos-leitores.

Palavras-chave: Formação de leitores; Alfabetização; Leitura.

ABSTRACT

This work aims to understand the formation of readers within the literacy process in the school environment. This is a qualitative bibliographic research that dialogues with questions about literacy, teaching activities and official documents that guide the formation of these readers throughout the literacy process. Thus, it understands that the formation of readers occurs throughout the process of teaching and learning in different areas of knowledge, and especially in the acquisition and appropriation of reading and writing, inserting the student in the literate world, which goes beyond decoding codes. In this research, the Common National Curriculum Base is analyzed as a guiding document on knowledge and skills that are related to the formation of readers. As a basis for dialogue and theoretical foundation, we present authors such as Mortatti (2000,2010), Soares (2003, 2004), Gontijo (2008). We finished the work by identifying the importance of reinterpreting reading practices in the training of student-readers.

Keywords: Reader formation; Literacy; Reading.

¹ Aluna do 8º período do curso de Pedagogia, da Faculdade Doctum – Unidade Serra.

² Mestre em Educação (UFV), Especialista em Docência (IFMG), Graduado em Pedagogia (UFV), professor da Rede Doctum de Ensino

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da relação entre a leitura e o processo de alfabetização escolar, pois a alfabetização de crianças, no cenário da educação brasileira contemporânea, ainda é um grande desafio.

Entende-se a alfabetização como uma prática social e cultural na qual são desenvolvidas as competências de produção de textos, de leitura e das relações entre sons e letras, de forma crítica – no entanto, a formação de leitores vai além do processo de alfabetizar os sujeitos.

Nota-se que estamos vivendo em um mundo cada vez mais tecnológico, e esse contexto apresenta diferentes formas da criança ler o mundo, mas não propriamente apresenta a leitura que encontramos nos livros e na literatura, de modo geral.

Pesquisas recentes indicam que em determinadas situações os livros (impressos) estão sendo trocados por celulares, notebooks, entre outros dispositivos eletrônicos. Já é de conhecimento da sociedade, em sua maioria, que crianças que leem pouco ou que leem mal, não são consideradas bons leitores, e essa formação tende a se manter ao longo da vida. Esse aspecto pode reverberar até a idade adulta e, portanto, podem ser adultos que tenham dificuldades para escrever, tem um vocabulário insuficiente, apresentam dificuldade para argumentar e se expressar, por exemplo.

Diante desse contexto, a presente pesquisa se justifica: é fundamental conhecer as possibilidades pedagógicas para trabalhar a leitura no ciclo de alfabetização, para que possamos formar leitores no espaço escolar, mas que também sejam capazes de fazer uma leitura crítica para além dos muros da escola.

Desse modo, conhecer os documentos oficiais e as orientações para o trabalho docente na alfabetização é imprescindível para compreender a importância da leitura diante desse processo.

Vivemos em uma sociedade na qual saber ler é fundamental para atuar nos espaços sociais e profissionais, por exemplo. Diversas atividades cotidianas são realizadas por meio de informações que precisam ser lidas, como checar as

mensagens no celular, ler um anúncio, uma carta ou um contrato, ler e preencher formulários. Sabemos também que a leitura não é realizada apenas em suportes impressos, mas em diferentes aparatos tecnológicos – que demandam que o leitor tenha habilidades para fazê-la. Partindo desses pressupostos, compreende-se que a alfabetização escolar é o ponto de partida para a criança desenvolver tais capacidades, pois a escola é um espaço formativo em sua essência e, muitas vezes, o lugar no qual a criança tem o primeiro contato com livros e com a leitura formal. Sendo assim, o problema de pesquisa é: quais conhecimentos são fundamentais para garantir, durante o processo de alfabetização, a formação de leitores?

Tendo como ponto de partida buscar conhecer o processo de alfabetização com foco na formação de leitores, essa pesquisa teve como objetivo geral identificar quais são os conhecimentos que estão presentes na formação de leitores durante o processo de alfabetização, dentro do ambiente escolar. Como objetivos específicos foram elencados três: analisar referenciais teóricos sobre a leitura e a alfabetização na escola; conhecer e refletir sobre os documentos oficiais e as orientações sobre a leitura durante o processo de alfabetização; identificar aspectos importantes da atuação docente relacionados ao incentivo a leitura e a formação de leitores.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Quando se trata da alfabetização no Brasil sabemos que há muitos desafios e um histórico de fracassos envolvendo a escola, os professores e as crianças. De acordo com os documentos oficiais acerca da ampliação do ensino fundamental é válido considerar que esse processo passa pela questão da alfabetização, visto que um dos pilares da educação básica está ligado à formação dos estudantes no que trata das capacidades de leitura e escrita.

De acordo com a lei que amplia o ensino para nove anos há duas vertentes que podem ser consideradas: a) garantir o acesso da criança à escola regular oportunizando, assim mais tempo para o aprendizado e; b) melhorar os índices de alfabetização excluindo as antigas classes de alfabetização das chamadas pré-escolas (FAIAN, 2015).

Trata-se de uma mudança curricular importante para a educação fundamental no país e tem sido amplamente pesquisada desde que entrou em vigor. É, portanto, uma estratégia adotada pelo Estado para resolver o problema da qualidade da educação, através da Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006), incluindo um ano na etapa inicial da alfabetização e a definindo o “ciclo da infância” com três anos de duração, com destaque ao período dedicado à alfabetização e ao letramento, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado das áreas de conhecimento (BRASIL, 2008).

A partir desse entendimento oficial, convém destacar que o ciclo de alfabetização no ensino fundamental deve proporcionar a alfabetização e o letramento dos alunos, considerando, portanto a apropriação do código articulada ao contexto e práticas sociais.

Na Resolução CNE/CBE nº 7, de 14/12/2010 (BRASIL, 2010), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o EF de nove anos, há uma ênfase ao ciclo alfabetizador, e define em seu artigo 30: Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar: I – a alfabetização e o letramento; II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia; III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro (BRASIL, 2010, p. 8).

No diálogo com o referencial teórico dessa pesquisa tem sido evidente a noção de que o processo de alfabetização no âmbito da escola é complexo e inclui diversos aspectos e conhecimentos que compreendem a aprendizagem e o ensino da leitura e da escrita como um direito de todos e, portanto, dever do Estado.

Sobre a ampliação do ensino fundamental e a relação com a alfabetização, destaca-se por fim, que na década de 80, foram propostas mudanças que poderiam contribuir para a solução do fracasso escolar na alfabetização. Conforme aponta Soares (2004), essas mudanças foram de duas naturezas: pedagógica e conceitual. Dentre as mudanças de natureza pedagógica, podemos citar a implantação do

sistema de ciclos em muitos municípios brasileiros, a progressão continuada, integrada ao sistema de ciclos, que não previa a reprovação nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Outro documento que se destaca nesse processo de ampliação do Ensino Fundamental é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) criada para nortear a elaboração dos currículos escolares do Brasil. A BNCC regulamenta quais são as aprendizagens essenciais para o ensino nas escolas brasileiras públicas e particulares. No que se diz respeito à alfabetização, ela deve ser o foco da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, articulando com o desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e com seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL., 2017).

Para compreender de forma mais aprofundada a relação da alfabetização e os desafios para a educação brasileira, será abordado no próximo tópico um breve levantamento sobre as concepções e métodos de alfabetização no contexto nacional.

2.2 ALFABETIZAÇÃO: CONCEPÇÕES E MÉTODOS

Desde o final do século XIX a educação escolar ganhou destaque em nosso país e, a escola efetivou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, assumindo importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado. Sobre a alfabetização, a abordagem relaciona-se aos métodos, que geraram muitas tensões e propostas de soluções para o grande desafio educacional: ensinar as crianças a ler e a escrever garantindo uma educação pública de qualidade.

Desse modo, entende-se que toda atuação pedagógica tem uma concepção de aquisição de conhecimento (consciente ou não), e no campo da alfabetização e das práticas alfabetizadoras essa característica também se destaca.

No campo acadêmico é possível identificar algumas linhas teóricas, com aspectos hegemônicos: a teoria da psicogênese da língua escrita, as teorias entre consciência metafonológica e alfabetização e os estudos sobre letramento.

Entretanto, essas teorias são recentes, outras teorias de alfabetização estiveram presentes no contexto brasileiro e ainda são encontradas nas práticas docentes e materiais pedagógicos.

De acordo com Mortatti (2010) até o início dos anos 80, os estudos referentes à aquisição da leitura e da escrita, não ocupavam muito espaço no domínio acadêmico, e se restringiam à busca do mais eficaz dos métodos para alfabetizar.

Havia uma hegemonia na abordagem associacionista, que propunha de forma linear e gradativa, às associações entre fonemas e grafemas. Dentro dessa abordagem estava a noção de que aprender a ler era aprender um código de transcrição da fala, fazendo associações entre fonemas e grafemas. Utilizava-se de métodos sintéticos (partindo das unidades menores) e dos métodos analíticos (partindo da palavra ou de unidades maiores). Os princípios que fundamentavam tal concepção de aprendizagem estavam ligados à teoria tradicional.

Tal teoria compreende que o processo de alfabetização acontece por meio da transmissão de conteúdos sistematizados, tendo como instrumento pedagógico a cartilha, que serve como base para o professor transmitir os conhecimentos sobre o ensino e aprendizagem da língua materna.

A perspectiva Sócio histórica também está presente em muitos materiais e documentos orientadores acerca da alfabetização. Essa perspectiva aborda aspectos pautados em como a criança se apropria dos papéis da escrita e de como ela consegue desenvolver o uso da mesma como um instrumento psicológico. Na perspectiva sócio histórica há uma ampliação acerca das concepções da escolarização das crianças, entendendo que aprender está diretamente relacionado ao ato de ensinar – colocando o professor em um contexto significativo para interagir com o aluno e mediar o conhecimento.

Outra perspectiva que teve muito espaço baseia-se nos estudos sobre a psicogênese da língua escrita, desenvolvidos por Ferreiro e Teberosky e publicados no Brasil em 1986, formulando e integrando documentos oficiais (por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais). Nessa abordagem sobre o processo de aprendizagem da criança, apresenta-se o construtivismo, a partir do pressuposto de

que não existe um conhecimento pronto e acabado sobre o mundo que possa ser ensinado por uma metodologia, aplicada por um professor.

Essa abordagem se relaciona diretamente com a área de conhecimento da psicologia, pois foi a partir de estudos sobre a psicogênese da língua escrita, desenvolvidos por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1979). Essa teoria esteve presente em inúmeros documentos oficiais, seja nos currículos, na formação de professores e na elaboração de materiais pedagógicos voltados para o processo de alfabetização.

Nessa abordagem as crianças compreendem o sistema alfabético de escrita a partir de uma ação construtiva e, portanto, para aprender elas deveriam interagir com os textos escritos. O processo da aprendizagem da língua escrita deveria forçar em práticas que promovessem a reflexão sobre como funciona o sistema de escrita alfabética e possibilitassem a apropriação da linguagem convencional de diferentes gêneros textuais escritos.

A teoria psicogenética trouxe grandes transformações na concepção da construção da aprendizagem da língua escrita, entendendo que a criança é um ser ativo, capaz de interagir com a língua escrita nos variados usos e práticas sociais, ou seja, a criança já não teria a necessidade de estar sujeita a estímulos vindos de fora.

Lançando mão sobre os documentos oficiais, ganhou espaço os estudos sobre o letramento, que considera que a criança, imersa em uma sociedade letrada, está constantemente envolvida em atos significativos de uso da leitura e da escrita e que a escola, pode se valer de momentos significativos e não mais de condições aleatórias para desenvolver essas habilidades relacionadas a aprendizagem da língua materna, tendo em vista que é possível realizar o processo de letramento a partir de situações relacionadas às práticas culturais e sociais da vida da criança.

No âmbito da educação, muitas discussões foram sendo realizadas acerca do termo letramento, causando inclusive algumas informações imprecisas acerca do conceito letramento. Nesse sentido, Soares (2003) acredita que realizar uma dissociação entre alfabetização e letramento é um equívoco, pois a entrada de uma

pessoa, criança ou adulto, no mundo da escrita ocorre considerando ambos os processos: da alfabetização e do letramento.

Nesse sentido, de acordo com a autora:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolvesse no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização. A concepção “tradicional” de alfabetização, traduzida nos métodos analíticos ou sintéticos, tornava os dois processos independentes, a alfabetização – a aquisição do sistema convencional de escrita, o aprender a ler como decodificação e a escrever como codificação – precedendo o letramento – o desenvolvimento de habilidades textuais de leitura e de escrita, o convívio com tipos e gêneros variados de textos e de portadores de textos, a compreensão das funções da escrita (SOARES, 2003, p. 15).

De acordo com a autora não há um método para a aprendizagem no nível inicial da língua escrita, considerando que existem inúmeras maneiras de ensinar e de aprender – nesse sentido, a defesa é a de que alfabetização e letramento são processos simultâneos, e não excludentes.

Outra perspectiva que teve repercussão no contexto brasileiro foi a perspectiva interacionista que propõe uma forma de compreender como é o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita, apresentando novos modos de compreender esse processo estando centrada no texto e garantindo a atenção a outros aspectos pertinentes sobre o contexto, as condições, os sujeitos, os materiais e os motivos para aprender e ensinar a língua escrita

Neste tópico foram elencados alguns dos principais métodos de alfabetização, no entanto, dada a importância e relevância de cada um deles, é válido ressaltar que são concepções e métodos que estão relacionadas a teorias do conhecimento e também estão (estiveram) alinhadas a um projeto social e político, e ainda se faz necessário ampliar as discussões acerca do processo de alfabetização em nosso país, pois é um problema não resolvido que envolve toda a sociedade.

Assim, dentro desse trabalho a concepção de alfabetização é entendida: “[...] como uma prática social e cultural em que se desenvolvem a formação da

consciência crítica, as capacidades de produção de textos orais e escritos, de leitura e de compreensão das relações entre sons e letras” (GONTIJO, 2008, p. 198).

2.3 A LEITURA COMO PRÁTICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Retomando o objetivo geral dessa pesquisa, destacamos esse tópico para refletir sobre a importância da leitura durante o processo de alfabetização escolar para a formação do sujeito leitor. Entende-se que o processo de alfabetização, não está ligado somente em aprender a ler e escrever, visto que a alfabetização está presente no processo de escolarização de modo geral.

Desse modo, a alfabetização deve ser um processo de constituição de proposições sobre o sistema alfabético de escrita. Para aprender a ler e escrever, é fundamental que sejam apresentadas situações que provoquem a necessidade de refletir, de compreender os textos apresentados, de desafiar os conhecimentos já apropriados sobre a língua escrita e relacionar com o que está no entorno.

Segundo Geraldi (1997) a linguagem é a expressão do pensamento, é o instrumento da comunicação e é uma forma de interação, por isso ela é tão importante para a formação do sujeito crítico e pensante na sociedade. A aprendizagem da leitura e da escrita oportuniza autonomia ao educando, independente da sua idade, para poder comunicar-se por meio da escrita, em situações como enviar e ler mensagens de texto enviadas pelo telefone celular; identificação de placas de ônibus; leitura de livros para aumentar o vocabulário e o nível de conhecimento geral.

Vista desse modo, a prática da leitura se concretiza ambiente escolar, pois a escola é um ambiente privilegiado de interação com os diversos textos, de modo que as crianças possam se relacionar com os gêneros textuais aos quais tiverem acesso. Os textos são lidos de diferentes maneiras, de acordo com cada leitor, lugar, suporte de leitura. Assim podemos afirmar que a leitura tem um espaço importante na formação do aluno-leitor. Zilberman defende que:

A área da leitura ocupa, no encadeamento anual da aprendizagem, um lugar de destaque. Resultado da alfabetização, sua prática ocupa toda a carreira escolar do aluno, uma vez que não é reduto exclusivo da disciplina de comunicação e expressão. Com efeito, a leitura, se é estimulada e exercitada com maior atenção pelos professores de língua e literatura, intervém em todos seus setores intelectuais que dependem, para sua difusão, do livro, repercutindo especialmente na manifestação escrita e oral

do estudante, isto é, na organização formal de seu raciocínio e expressão. Por isso, da consolidação ou não de sua prática advém uma série de consequências, as quais envolvem tanto o domínio cognitivo do aluno, como suas emoções e preferências, já que o livro, quando de ficção ou poesia, entra em sintonia com sentidos múltiplos na intimidade de cada indivíduo (ZILBERMAN, 1985).

Diante dessa afirmação, compreende-se nesse trabalho que a alfabetização deve ocorrer de forma plena e integral na formação do sujeito, (trans)formando-o em leitor, não apenas da palavra, mas também do mundo a sua volta. De acordo com Lajolo (1999):

O leitor que, diante de um texto escrito, tenha a autonomia suficiente para atuar desde a decodificação da mensagem no seu aspecto literal até o estabelecimento de um conjunto mínimo de relações estruturais, contextuais que ampliem a significação do texto a tal ponto que se possa considerar ter havido, efetivamente, apropriação da mensagem, do significado na multiplicidade de relações estabelecidas entre texto e leitor, entre textos, com o mundo (LAJOLO, 1999, p. 105).

Entendemos, portanto, que a leitura vai além de um material de decodificação de letras e sons. A prática de leitura insere o sujeito na cultura escrita, que faz parte do mundo em que vivemos. O ato de ler tem relação com as práticas culturais que se relacionam com um mundo e, portanto, a leitura é uma possibilidade de circular por outros mundos e criar novos sentidos e significados.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica. De acordo com Gil (2014):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2014, p. 50).

O método de análise foi realizado a partir de registros confiáveis bibliográficos como fonte de dados para a pesquisa. Para Gil (2014, p. 50) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Uma pesquisa bibliográfica pode ser muito vantajosa, porque é possível analisar dados que ocorrem em todo mundo de maneira prática. No entanto, deve-se tomar cuidado com a veracidade dos dados coletados (Gil, 2014, p. 51). Como instrumento de coleta de dados, foi feito o uso da plataforma on-line “Google Acadêmico”, onde há artigos científicos que visam garantir a veracidade dos dados, além de livros publicados que contribuem com o desenvolvimento das ideias do tema será abordado, tais como: Gontijo (2008); Lajolo (1999); Mortatti (2000; 2010).

A partir das fontes pesquisadas dialogamos com o que os autores apontam e refletem sobre os conhecimentos e aprendizagens que são fundamentais para garantir a formação de leitores no processo de alfabetização, assim como conhecer e refletir sobre as concepções de leitura e o processo de alfabetização presentes nos documentos oficiais e identificar aspectos do trabalho relacionados ao incentivo à leitura na formação de leitores.

4. FORMAÇÃO DE LEITORES

O contato de crianças com a leitura precisa acontecer de maneira prazerosa, a fim de provocar interesse e o gosto pelos diferentes gêneros textuais e obras literárias, por exemplo, e não deve ser apresentada como uma atividade mecânica e forçada. Ao ler as crianças adquirem maior variedade em seu vocabulário (melhorando também a linguagem oral e escrita durante a comunicação), estimula a imaginação, a reflexão e o pensamento, proporciona a criação e dedução de hipóteses e problemas (GOMES, 2007, p.4).

Mas deve-se entender com clareza que, o gosto pela leitura precisa ser inserido no cotidiano da criança o quanto antes, respeitando sempre as limitações de cada fase do desenvolvimento. A leitura e a escrita são importantes atividades sociais desenvolvidas pelo ser humano, e são indispensáveis ao convívio em sociedade. Antes era um luxo das classes mais altas, porém com o decorrer dos fatos históricos, tornou-se uma necessidade de toda humanidade.

A dificuldade no domínio da leitura e escrita em turmas de alfabetização, motivada por diversos fatores sendo sociais, econômicos, estruturais, falta de recursos para promoção de projetos integradores que motivem a leitura e escrita, e uma vasta lista de fatores que podem interferir no desenvolvimento da criança. O

processo de alfabetização, a partir de uma proposta coerente de formação de leitores, pode proporcionar que o aluno compreenda e faça o uso social da leitura e escrita.

Em sua obra, Coelho (2000) afirma que a escola é um espaço privilegiado ao embasar a formação dos indivíduos. E ainda completa, que nesse espaço devemos privilegiar os estudos literários, pois abrangem mais do que quaisquer outras várias condições que desenvolvem a realidade do ser. No entanto, não existe lugar mais propício à introdução da leitura do que a escola.

A escola tem a principal função de formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de solucionar problemas de maneira consciente. É um espaço de interação humana, desenvolvimento cultural, social e humano.

Durante a infância é quando se deve haver maior preocupação ao ensino da leitura e escrita, segundo Peruzzo (2011):

A infância é o período mais adequado para haver maior concentração e preocupação no desenvolvimento da leitura, pois é necessário que se mostre à criança o que precisa ser construído por ela no âmbito do aprendizado da leitura, no qual o adulto leitor experiente tem a função de tornar possível a aprendizagem desta atividade. Para facilitar a entrada da criança no mundo da leitura e da escrita, o adulto deve ler para ela (PERUZZO, 2011, p. 97).

A infância é uma fase de curiosidades e descobertas, ideal para inserir a prática da leitura e escrita no cotidiano de uma criança. No entanto, quem faz a mediação dessa prática é um adulto, seja a família, sejam os professores.

Sendo assim, acreditamos que a leitura, articulada com a literatura, desde os primeiros anos de vida da criança, com o processo de formação do indivíduo, seja dentro ou fora do ambiente escolar, poderá possibilitar a formação de indivíduos críticos, conscientes e mais humanos.

De acordo com Vieira (2016, p. 22) a leitura acontece em um processo de interação autor-texto-leitor, sendo importante considerar as questões de materialidade do texto, bem como o contexto e as condições sociais na qual essa leitura está inserida, e, desse modo, um processo de formação na escola é fundamental para que o aluno encontre e produza significados e sentidos na experiência da leitura (em particular, a literária).

Vale ressaltar, diante desse processo de relação com a leitura, que o professor-leitor é o primeiro mediador frente a formação do leitor. Desse modo, percebemos que o professor deve oferecer aos alunos um leque de possibilidades que faça com que tomem a responsabilidade e a liberdade da leitura e consigam criar, reinventar, alcançar saberes a partir dela, com ela.

4.1 LEITURA E ESCOLA

A leitura, a formação de leitores e a importância dessa habilidade para a vida dos alunos costuma ser um assunto presente nos debates acerca da educação. O posicionamento da escola, bem como seu plano de trabalho e currículo(s) adotados tem uma relação direta com as questões relacionadas ao texto, a leitura e a escrita, por exemplo.

Desse modo, diversas pesquisas apresentam desdobramentos acerca da relação de leitura, literatura e escola. Essa última, por sua vez, costuma ter a postura criticada quando não há um posicionamento bem definido e fundamentado acerca do trabalho envolvendo a leitura.

Essa realidade sobre a escola e as relações com leitura, ganha aporte em diversas pesquisas, dentre elas, podemos apontar a discussão apresentada por Rizzatti (2008) indicando que a escola atual sofre cobranças para modificar as posturas na abordagem dos textos nos processos da formação do leitor, mas também é válido ressaltar que as lacunas encontradas na formação de leitores perpassam por outros aspectos, como a própria formação docente, estrutura e acesso aos materiais de leitura tanto por parte dos professores quanto dos alunos.

4.2 FORMAÇÃO DE LEITORES E DOCUMENTOS OFICIAIS

Analisar e discutir as orientações e prescrições que constituem os documentos oficiais para os anos iniciais do ensino fundamental é parte fundamental de nosso trabalho, visto que as práticas docentes encontram um dos aportes em tais materiais. Desse modo, propomos aqui fazer alguns apontamentos acerca da leitura e da formação de leitores a partir de dois documentos norteadores da educação

básica: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais – primeiro ciclo (PCN).

A BNCC serve como base para os professores, já indicando habilidades e competências que os alunos precisam desenvolver de acordo com cada faixa etária. Devendo proporcionar o contato de crianças e adolescentes com obras artísticas e culturais. Além de ser um aliado às famílias dos educandos no acompanhamento do processo da educação.

Segundo a BNCC (2018), as crianças devem desenvolver as habilidades de interpretar textos, analisar narrativas, mostrar interesse por textos literários, elaborar textos e cenas teatrais, entre outras. E o professor é peça fundamental na elaboração de propostas para efetivar essas habilidades na vida cotidiana da criança. Para além disto, a BNCC apresenta conceitos que são utilizados na vida social e atual, excedendo conhecimentos primordiais que já eram trazidos por outros documentos, “mas também as habilidades essenciais e capacidades necessárias para o exercício da cidadania e da vida profissional” (SILVA, 2020, p. 22).

De acordo com a BNCC (2018), na etapa do Ensino Fundamental os alunos vivenciam diversas mudanças nas formas de interação com o meio, o que acarreta novos conhecimentos. Eles possuem contato com novas experiências em vários âmbitos da vida, o que aguça a curiosidade. Com isso, o trabalho do professor deve manter a base no que for demonstrado interesse por parte do aluno. A alfabetização não é um processo simples, ela deve ser o objetivo principal da prática pedagógica durante o 1º e 2º ano, a fim do acesso do discente ao mundo letrado.

Conforme Brasil (2018, p. 89) “No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil”. Neste sentido a criança desenvolve seus eixos de leitura, produção de texto, oralidade e análise linguística, aperfeiçoando ainda mais competências já existentes.

O professor e escola, seguindo a nova BNCC, devem garantir, juntamente com a literatura, a formação do leitor-fruidor, aquele capaz de interpretar diferentes sentidos de um texto e responder a seus estímulos.

A formação desse leitor-fruidor exige o desenvolvimento de habilidades, a vivência de experiências significativas e aprendizagens que, por um lado, permitam a compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras e produções culturais e o desvelamento dos interesses e dos conflitos que permeiam suas condições de produção e, por outro lado, garantam a análise dos recursos linguísticos e semióticos necessária à elaboração da experiência estética pretendida (BRASIL, 2018, p. 159).

Esta formação do domínio de leitura é responsável por mudar a maneira da criança na percepção do meio em que vive e aprende, além de ajudá-la a caminhar em sentido ao letramento; nesse contexto o sujeito é estimulado pela recompensa de ter acesso a conhecimentos, informações desejadas e textos antes desconhecidos. Nesse sentido, Rizzatti (2008, p. 25) aponta que:

Habituar-se em leitura requer educação da capacidade de atenção seletiva, que evita a fuga da concentração por quaisquer razões; requer, também, contato físico com o livro, em todas as instâncias de convivência social; enfim, requer ressignificação do espaço que o livro ocupa nas relações sociais contemporâneas dos brasileiros; isso sem mencionar a escola, território onde o livro deveria ter tratos de majestade plenamente tangível.

Seguindo nessa perspectiva, o documento BNCC deixa claro a importância da intencionalidade na educação para a aproximação da criança com a literatura por meio de um mediador, ela desde cedo possui curiosidade e interesse a serem trabalhados, e é nesse convívio que se aprende. O discente por sua vez passa a se atentar a livros e textos de diferentes mídias, o que lhe amplia o conhecimento.

A BNCC (2018) expõe que todos os sujeitos possuem direitos à literatura e à todos conhecimentos disponíveis. A literatura é um direito, é aliada a cultura, é necessária na formação e desenvolvimento do ser humano e possui grande importância para com a sociedade; permite experiências com o diferente o que leva a compreensão de si e do outro, valorizando a diversidade humana.

Para que a experiência da literatura – e da arte em geral – possa alcançar seu potencial transformador e humanizador, é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores (BRASIL, 2018, p. 156).

A literatura é uma arte que enriquece o campo cultural, social, reflexivo, crítico e emocional do aluno, além disso, os ajuda a compreendê-la e relacioná-la promovendo um desenvolvimento pessoal e educacional ampliando seu repertório.

Outro documento que tem sido utilizado como orientador são os Parâmetros Curriculares Nacionais que expõem conceitos e orientações para a formação de leitura e os conhecimentos relacionados à leitura. Entendida no documento citado como:

(...) um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor experiente que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê: a leitura fluente envolve uma série de outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso desses procedimentos que permite controlar o que vai sendo lido, tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscar-se diante do desconhecido, buscar no texto a comprovação das suposições feitas, etc. (BRASIL, 1997, p. 27).

Desse modo, a ideia de que a leitura vai além da decodificação porque depende também de estratégias reduz e simplifica a complexidade do ato de ler a procedimentos (operatórios).

Nessa perspectiva de leitura, o documento abarca também uma concepção de leitor, e esse é entendido como leitor competente, que “por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua”. Nesse sentido,

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos (BRASIL, 1997, p. 41).

São as práticas realizadas no âmbito escolar e social, por meio de textos de gêneros e suportes variados, que esse leitor poderá formar-se, aliado consecutivamente a um trabalho mediado pelo professor ou outros profissionais

mediadores de leitura. O aprender a ler deve ocorrer com a prática da leitura e não separado dos textos.

Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder a perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infundável dessas atividades escolares (BRASIL, 1997, p. 43).

Nessa perspectiva é preciso ter acesso a diversos tipos de textos, e estes devem ser lidos de maneiras diferentes, visto que o significado é construído pelo esforço de interpretação do leitor e não está dado no texto. Segundo os PCN's, essas práticas são necessárias para formar um bom leitor. A escola, portanto, precisará fazer com que "a leitura seja algo interessante e desafiador, algo que dará autonomia e independência (...) Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente" (BRASIL, 1997, p. 43).

4.2.1 Formação docente e as práticas com a(s) leitura(s) na contemporaneidade

Em nosso contexto atual, a leitura está presente na vida da sociedade, pois os aparelhos tecnológicos nos aproximaram desses materiais, a partir de uma combinação de linguagens, conforme destacam Almeida e Cerigatto (2006). Dessa maneira, as autoras indicam que os modos de ler sofreram transformações e como consequência também fez surgir novos tipos de leitores.

Nesse sentido, ao pensar em práticas de leitura e ressignificação é válido considerar a presença do hipertexto, concomitante as novas formas de ler e ao surgimento de novos leitores. A escola, enquanto instituição primordial para o desenvolvimento da leitura não pode continuar se distanciando da realidade e deixando de considerar essas novas linguagens e formas de ler presentes na vida social.

Diversos teóricos apontam que a escola muitas vezes trabalha o ensino e aprendizagem da leitura de maneira equivocada, e essa questão está relacionada diferentes fatores. A formação lacunar dos professores é um dos motivos de maior destaque, mas aliado a esse aspecto é possível considerar também a escassez de materiais de leitura (de qualidade) que costumam estar a disposição dos docentes, também costuma ser um fator decisivo quando se trata das práticas de leitura e da formação de novos leitores.

Para que as práticas docentes com objetivo na formação de leitores possam caminhar junto às mudanças ocorridas na sociedade, é fundamental que os docentes, as escolas e os currículos, observem e considerem o desenvolvimento de novas habilidades a serem trabalhadas com os leitores em formação. Ainda de acordo com Almeida e Cerigatto (2006, 212)

[...] pode-se considerar que existe um novo sentido de leitura que hoje se manifesta pela tela do computador e que acarreta mudanças na forma de leitura e escrita, ampliando o foco da educação para o desenvolvimento de habilidades voltadas ao domínio das linguagens que se manifestam no hipertexto, também ao considerar as habilidades que os leitores da nova geração já desenvolveram em meio à cultura digital em que convivem. Este leitor coloca em ação diversos mecanismos e habilidades de leituras, muito distintas daquelas que são empregadas pelo leitor de um texto impresso tradicional como o livro, uma revista ou jornal.

Considerando esse cenário, as autoras Almeida e Cerigatto (2006) defendem que além de reconhecer novos suportes de leitura, é preciso considerar os distintos conteúdos produzidos nos meios tecnológicos como textos a serem lidos, entendendo que ambos exigem habilidades de leitura diferentes. Essa amplitude presente nos dias atuais, seja nas novas formas de ler, assim como nas formas de produzir textos e conteúdos, fazendo uso das diferentes linguagens, transitando entre o verbal e o não-verbal, também aponta modificações no que se compreende sobre alfabetização.

Sendo assim, ainda de acordo com Almeida e Cerigatto (2006) a partir dessas mudanças nos modos de ler e escrever, não faz mais sentido centrar a alfabetização somente na palavra impressa. Essa perspectiva encontra suporte nas transformações já citadas sobre os modos de ler e os novos leitores – que deverão ter acesso a diferentes tipos de textos e tecnologias, e a múltiplas habilidades de leitura e escrita. Vale ressaltar que:

Nesse cenário, cabe tanto à escola como a outras instituições formadoras fomentar as novas alfabetizações, valorizando as habilidades de leitura do leitor contemporâneo. Valorizar as leituras ligadas por meio de hiperlinks, não-sequencial, que exigem habilidades para entender o significado não só da palavra impressa, mas do som, do vídeo, diante da tela do computador, do tablet, do celular, podem ser atividades a serem desenvolvidas (2016, 215).

Como possibilidades para as práticas pedagógicas relacionadas à leitura e a formação de leitores, as referidas autoras apontam que escrever (ou ler) um texto impresso, que se valha somente da linguagem verbal é apenas um caminho, mas não o único. Pois é possível realizar práticas que utilizem as novas tecnologias, linguagens híbridas e diferentes mídias, haja vista que as crianças, futuros leitores e foco do processo de alfabetização nasceram imersos em um contexto tecnológico.

Apesar das transformações citadas que têm sido observadas nas relações entre o modo como se lê, os diferentes tipos textos nos quais os leitores em formação tem contato, é preciso ressaltar que há muitos obstáculos atravessando as práticas docentes que estão presentes na formação de leitores ao longo do processo de alfabetização.

A partir dos diálogos com os autores que dialogamos neste trabalho, foi possível perceber que aliada às práticas e culturas escolares, está a formação docente, que esbarra em lacunas essenciais no que diz respeito à instrumentalização de professores para realizar um trabalho com a leitura na sala de aula.

No entanto, é válido destacar que o trabalho do professor não tem exclusiva responsabilidade, bem como a sua formação e sua atuação dentro dos espaços escolares, sobre práticas de formação de leitores. Há que se atentar para a ausência de políticas públicas, de estrutura de trabalho e investimento suficiente em educação.

Entendemos que o trabalho com a leitura e a formação de leitores demanda um tempo considerável para a leitura, planejamento, assim como o acesso às obras. Rezende (2013) defende que é preciso que o professor tenha vivenciado essas experiências, seja em sua formação e, ao nosso ver, também em seu contexto pessoal. Portanto,

Construir autonomia e visão crítica, tendo a leitura como a maior aliada, supõe que o professor tenha ele próprio vivenciado esse tipo de formação e que o currículo escolar reserve tempo e espaço para isso, uma vez que

reflexão, elaboração, escrita e leitura, em especial literária, demandam tempo, num ritmo que não é aquele dos conteúdos objetivos com respostas exatas ou mecanizadas. Ler, refletir, fruir, entender, elaborar, reelaborar, requer mais do que uma ou duas horas semanais constantes numa grade, como sói acontecer (REZENDE, 2013, p. 11).

Diante do atual contexto educacional, ressaltamos que o professor também é vítima das lacunas resultantes de uma formação leitora. Há alguns fatores que nos levam a essa noção e dentre eles destacamos: a baixa remuneração do trabalho do professor, o valor das obras literárias, a ausência de tempo disponível para se dedicar a leitura de tais obras, a própria formação ao longo do processo educacional em que os estudantes brasileiros, principalmente das escolas públicas são submetidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir a temática sobre a leitura e o processo de alfabetização ao longo deste trabalho buscamos relacionar e abordar questões que envolvem a prática docente e a formação de leitores. Apresentamos uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que dialogou também com documentos oficiais que orientam a formação de leitores ao longo do processo de alfabetização, especificamente no ambiente escolar.

Desse modo, foi possível compreender que a formação de leitores ocorre em todo o processo de ensino e aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento, e principalmente na aquisição e apropriação da leitura e escrita, inserindo o aluno no mundo letrado, apresentando diversos conhecimentos culturais, sociais, emocionais, entre outros.

No decorrer da pesquisa abordamos inicialmente sobre a alfabetização no Brasil e discorremos sobre a alfabetização no ensino fundamental de nove anos, e compreendemos que esse movimento revelou-se como uma estratégia adotada pelo país para buscar melhorias na qualidade da educação – ao incluir um ano na etapa inicial da alfabetização e estabelecendo o ciclo de alfabetização com três anos de duração, dando destaque a conhecimentos que se relacionam com o desenvolvimento das diversas expressões e aprendizagens.

Em seguida foram apresentadas algumas concepções e métodos de alfabetização, de modo que pudéssemos ampliar nossos conhecimentos acerca da temática e reconhecermos a relevância de cada uma dessas teorias, no entanto é

válido ressaltar que é fundamental que as discussões acerca do processo de alfabetização em nosso país continuem sendo ampliadas, pois é uma situação que envolve toda a sociedade e está diretamente relacionada à qualidade da educação.

Ao abordar as questões relacionadas à formação do leitor e a leitura como prática no processo de alfabetização ficou evidente que a alfabetização deve ocorrer de forma plena e integral na formação do sujeito, com foco nos conhecimentos relacionados às práticas de leitura e possibilidades de oferecer um espaço-tempo que reconheça a importância desse trabalho.

No entanto, reconhecemos que há muitos obstáculos no trabalho pedagógico relacionado a formação de leitores, que envolvem diferentes aspectos: dentre eles a formação docente, o acesso a materiais de leitura, programas de incentivo, por exemplo. Os documentos oficiais apresentam uma vasta defesa a importância das práticas de leitura, assim como a formação de leitores no espaço escolar, porém reconhecemos que na realidade das escolas brasileiras, principalmente na rede pública ainda há muito que avançar nessa discussão.

A leitura faz parte da nossa vida social e está inserida na vida do ser humano desde a mais tenra idade, independente do contexto em que ele vive. Portanto, compreende-se que para formar esses leitores é preciso (re)pensar em políticas públicas que fortaleçam as práticas relacionadas a leitura, de modo que seja possível pensar em práticas de leitura e ressignificar os conhecimentos que contribuem para a formação de leitores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. B. C. and CERIGATTO, M. P. **Os desafios de educar para o novo contexto de leitura, linguagens e produção da informação**. In: SOUZA, F. M., and ARANHA, S. D. G., orgs. Interculturalidade, linguagens e formação de professores [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 203-230. Ensino e aprendizagem collection, vol. 2.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010**, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2010.

FAIAN, S. B., & Ciríaco, K. T. (2015). **A alfabetização no contexto do ensino de nove anos.** *Momento - Diálogos Em Educação*, 24(1), 11–40. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/4954>.

GERALDI, João Wanderley. **Concepções de linguagem e ensino de português.** 1ª ed. São Paulo, 1997.

GIL, Antônio Carlos – **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** - 6. ed. - 6. reimpr. - São Paulo: editora Atlas, 2014.

GOMES, José Antônio. **Literatura para a infância e a juventude e promoção da leitura.** Casa da Leitura, 2007. Disponível em: <http://www.casadaleitura.org/portalfbeta/bo/documentos/ot_litinf_promleit_a.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2021.

GONTIJO, Claudia Maria Mendes. **A escrita infantil.** São Paulo: Cortez, 2008.

LAJOLO, Marisa (Org.) **A importância do ato de ler.** São Paulo: Moderna, 1999.

MORAIS, José. **A arte de Ler.** São Paulo: Unesp, 1996. Tradução de: L`art de live. Disponível em: encurtador.com.br/cdntS. Acesso em: 04 de maio/2021.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização:** São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000;

_____. **Alfabetização no Brasil:** conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Acesso em: 05 de maio/2021.

PERUZZO, Adreana. **A Importância da Literatura Infantil na Formação de Leitores.** *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_1/08.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2021.

REZENDE, Neide Luzia; LANGLADE, Gerárd; ROUXEL, Annie (Org.) **Leitura subjetiva e ensino de literatura.** São Paulo: Alameda, 2013.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. **Implicações metodológicas do processo de formação do leitor e do produtor de textos na escola.** *Educação em Revista* | Belo Horizonte | n. 47 | p. 55-82 | jun. 2008

SILVA, Carolaine Marinho da. **A literatura na BNCC: a perspectiva docente.** João Pessoa, 2020.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** *Revista Brasileira de Educação*, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIEIRA, Lorena Bezerra. **Literatura nos anos iniciais do ensino fundamental : documentos oficiais e discursos docentes do município de Serra/ES.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2016.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 1985.